

ÁGUAS DO ALGARVE, SA

**SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE
SANEAMENTO DO ALGARVE**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE
PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO E DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÕES
– GRUPO XI**

(REF.^a DGA-CADSIG-EXP.CP-AS-02/2024)

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO

dezembro de 2024



ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.

CONCURSO PÚBLICO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO E DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÕES -

GRUPO XI

ÍNDICE

Artigo 1.	Objeto.....	3
Artigo 2.	Entidade adjudicante.....	3
Artigo 3.	Documentos do procedimento e plataforma eletrónica.....	3
Artigo 4.	Consulta do processo	4
Artigo 5.	Esclarecimentos, erros e omissões das peças procedimentais	4
Artigo 6.	Visitas às instalações	5
Artigo 7.	Proposta.....	5
Artigo 8.	Propostas variantes.....	8
Artigo 9.	Prazo para apresentação das propostas.....	8
Artigo 10.	Modo de apresentação das propostas.....	8
Artigo 11.	Prazo da obrigação de manutenção da proposta	8
Artigo 12.	Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes	9
Artigo 13.	Critério de adjudicação e critério de desempate	9
Artigo 14.	Relatório preliminar	10
Artigo 15.	Relatório final.....	11
Artigo 16.	Adjudicação	11
Artigo 17.	Documentos de habilitação.....	12
Artigo 18.	Caução	14
Artigo 19.	Minuta do contrato.....	14
Artigo 20.	Celebração do contrato	15
Artigo 21.	Encargos	15
Artigo 22.	Dados pessoais.....	15
Artigo 23.	Legislação aplicável.....	16
ANEXOS		17
ANEXO I DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA		18
ANEXO II PROPOSTA DE PREÇO		19
ANEXO III MODELO DA DISCRIMINAÇÃO DOS PREÇOS PARCELAES		20
ANEXO IV MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO		21
ANEXO V METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS.....		22
ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO		27
ANEXO VII DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES.....		28
ANEXO VIII MODELOS DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO/DE GARANTIA BANCÁRIA/DE SEGURO-CAUÇÃO.....		30

Artigo 1.

Objeto

1. O presente concurso público tem por objeto a celebração do contrato de **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO E DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÕES - GRUPO XI**.
2. Mais se informa que o presente processo de contratação pública é desenvolvido no âmbito do contrato de INVESTIMENTO RE-C09-i01.04 “Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve” contribuindo assim de forma positiva para a eficiente utilização dos recursos hídricos e para a minimização dos efeitos decorrentes da escassez de água que assola a região do Algarve. A contratação agora em apreço, compromete-se a respeitar e assegurar o cumprimento do princípio de “Não Prejudicar Significativamente ” (Princípio DNSH), na execução do investimento, através da incorporação dos requisitos aplicáveis previstos no PRR, nas peças contratuais de procedimentos de contratação pública e nos contratos resultantes contribuindo para o desenvolvimento sustentável, rumo a uma neutralidade climática da economia e da sociedade até 2050 – em linha com o Pacto Ecológico Europeu e com o espírito da iniciativa legislativa para a Lei Europeia do Clima.

Artigo 2.

Entidade adjudicante

1. O presente concurso público é promovido pela Águas do Algarve, S.A., com morada na Rua do Repouso, n.º 10, 8000-302, Faro e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:

Telefone: +351 289 899 070;

Correio Eletrónico: geral.ada@adp.pt;

Website oficial: <http://www.aguasdoalgarve.pt>;
2. A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. no dia 27 de dezembro de 2024, como consta do ponto 7.25 da respetiva ata.

Artigo 3.

Documentos do procedimento e plataforma eletrónica

1. O processo do presente procedimento é constituído pelas seguintes peças:
 - a) Anúncio publicado no Diário da República;
 - b) Programa de Procedimento, que inclui anexos;

- c) Caderno de Encargos, que inclui anexos.
2. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública Acingov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde a data da publicação do anúncio do presente concurso público no Diário da República.
 3. Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no número anterior, devendo para tanto proceder ao registo prévio de acordo com as indicações constantes da mesma.
 4. O procedimento é sujeito a anúncio publicado no Diário da República.

Artigo 4.

Consulta do processo

O processo relativo ao presente concurso público pode ser consultado, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, na plataforma identificada no n.º 2 do artigo anterior, bem como entre as 10:00 e as 12:30 e das 15:00 até às 17:00 de cada dia útil, nas instalações da Águas do Algarve, S.A., sitas na Rua do Repouso, n.º 10, 8000-302 Faro.

Artigo 5.

Esclarecimentos, erros e omissões das peças procedimentais

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica, e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri, por escrito, através da plataforma eletrónica, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das

peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 2, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.

5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do Artigo 3º e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, fazendo parte integrante destas, sendo notificados do facto todos os interessados que as tenham obtido.
6. Quando haja prorrogação do prazo para a entrega das propostas, de acordo com o definido no n.º 5 do artigo 64.º do CCP, a mesma será publicitada no Diário da República.

Artigo 6.

Visitas às instalações

Não aplicável.

Artigo 7.

Proposta

- I. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública elaborado em conformidade com a informação disponível no **ANEXO I** ao presente Programa do Procedimento;
 - b) Proposta de Preço, elaborada em conformidade com o modelo do **ANEXO II** do presente Programa do Procedimento, onde inclui o seguinte:
 - i. Custos com o pessoal que integrará a equipa;
 - ii. Técnicos de cadastro predial (TCP) que estejam habilitados, nos termos da Lei n.º 3/2015, de 9 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 72/2023, de 23 de agosto, e que estejam inscritos na respetiva lista, podendo, nessa qualidade, realizar trabalhos no domínio do cadastro predial.
 - iii. Aquisição e exploração de equipamentos;
 - iv. Fornecimento e serviços externos;
 - v. Rendas, amortizações e outros encargos fixos,
 - vi. Despesas com veículos,
 - vii. Possíveis subcontratos;

- viii. Custos de deslocação;
- ix. Custo com expediente nas notificações aos proprietários ou outras entidades identificadas, via CTT ou outra forma oficial;
- x. Ajudas de custo e despesas de deslocação de pessoal e equipamento;
- xi. Documentação de cartografia;
- xii. Telefone, fax;
- xiii. Energia;
- xiv. Materiais informáticos e respetivos consumíveis,
- xv. Gastos de edição e produção de documentos;
- xvi. Gastos com certidões matriciais e prediais;
- xvii. Gastos com toda a documentação emitida e fornecida ao longo e no final dos trabalhos, prevista no Caderno de Encargos.
- xviii. Outros meios utilizados na execução da prestação de serviços objeto do concurso e respetivas taxas;
- xix. Caso seja necessário, custo com as instalações para o desempenho dos trabalhos objeto do presente concurso.
- xx. Outros custos que concorram para a formação do preço global.

NOTA: Não estão incluídos os custos com indemnizações a proprietários e interessados, emolumentos, registos prediais, Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de imóveis (IMT), Imposto de Selo (IS), atualização do cadastro geométrico de propriedades rústicas e honorários com peritos e árbitros nomeados pelo Tribunal da Relação.

- c) Discriminação dos preços parcelares, correspondentes às diferentes componentes da aquisição de serviços objeto do presente procedimento, que contribuem para a formação Preço da Proposta de Preço, em conformidade com o modelo constante no **ANEXO III** ao presente Programa do Procedimento.
- d) Memória descritiva do modo de organização e execução da Aquisição de Serviços, contendo a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e *curriculum vitae*, assim como a previsão de eventuais constrangimentos do decurso da presente prestação de serviços.

O documento requerido nesta alínea deverá ter um limite máximo de 50 (cinquenta)

páginas formato oficial A4 ou inferior, incluindo anexos, com texto datilografado com letra Arial tamanho 11 (onze), espaçamento simples ou superior e margens iguais ou superiores a 2,5 (dois vírgula cinco) cm. Relativamente à paginação do documento deve ser considerada a página n.º 1 após a capa, a contracapa e os índices, correspondendo ao texto principal, sendo numerado a partir daí numa sequência contínua em numeração árabe. Nestes termos, para efeitos de avaliação serão apenas avaliadas as páginas 1 à 50.

e) Identificação de todos os subcontratados para a execução da presente aquisição de serviços;

f) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor;

g) Caso o concorrente, revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento e subscrever e apresentar o **ANEXO IV** deste Programa de Concurso.

2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
3. O preço da proposta, será expresso em euros, com três casas decimais e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).
4. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção dos documentos que os concorrentes entendam apresentar por os considerarem indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, os quais podem ser redigidos em inglês, francês e castelhano.
5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos da proposta estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
6. Outros elementos, de apresentação facultativa, que o concorrente considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no presente Programa de Concurso ou no Caderno de Encargos.

Artigo 8.

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos Concorrentes de propostas variantes.

Artigo 9.

Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser diretamente apresentadas na plataforma eletrónica identificada no n.º 2 do Artigo 3.º do presente Programa de Procedimento, até às **18:00:00 horas do 30.º (trigésimo) dia**, a contar da data do envio para publicação dos anúncios previstos no artigo 130º e 131.º do CCP.

Artigo 10.

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do Artigo 3.º do presente Programa de Procedimento, devendo individualmente ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 3.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo caso em que devem ser juntos ao documento os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 11.

Prazo da obrigação de manutenção da proposta

1. Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de 30 (trinta) dias no caso de, no decurso de cada período, os Concorrentes nada declararem em contrário.
2. A comunicação a que se refere o número anterior produz efeitos 5 (cinco) dias após a sua receção pela entidade adjudicante.

Artigo 12.

Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes

1. Sempre que o júri do concurso tenha quaisquer dúvidas, designadamente, sobre aspetos das propostas que sejam considerados relevantes para efeitos de análise e avaliação das mesmas, poderá exigir dos concorrentes, bem como solicitar a outras entidades, todos os documentos e elementos de informação, inclusive de natureza contabilística, necessários para o esclarecimento dessas dúvidas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

Artigo 13.

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação é realizada, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, densificado pelos seguintes fatores e subfatores correspondentes aos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e respetivos coeficientes de ponderação:

FATORES	COEFICIENTES PONDERAÇÃO
A. PREÇO	40%
B. QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA - Memória Descritiva e Justificativa	60%

2. Para a avaliação das propostas utilizar-se-á o modelo constante do ANEXO V do presente Programa do Procedimento.

3. Caso seja ordenada mais do que uma proposta no mesmo lugar, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:
- a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que obtenha a melhor pontuação parcial no fator Preço.
 - b) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
 - i. O júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas empatadas, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
 - ii. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - iii. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração;
 - iv. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada;
 - v. A não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

Artigo 14.

Relatório preliminar

- I. Após a análise das propostas, o júri elabora um relatório preliminar, no qual propõe fundamentadamente a exclusão das propostas:
- a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - b) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas de impedimento;
 - c) Que não sejam constituídas por todos os documentos ou que os mesmos não se encontrem elaborados nos termos exigidos no presente Programa de Procedimento;
 - d) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;

- e) Que não sejam redigidas em língua portuguesa ou acompanhadas de tradução devidamente legalizada;
 - f) Que sejam apresentadas como variantes;
 - g) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - h) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP, com as necessárias adaptações.
 - i) Caso todas as propostas sejam excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar, excecionalmente e por motivos de interesse público, admite adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas e cujo preço não exceda em mais de 20% (vinte por cento) o montante do preço base e que seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação definido através do Artigo 13.º do presente Programa do Procedimento.
2. O relatório preliminar é notificado aos concorrentes, os quais poderão exercer o seu direito de audiência prévia no prazo de 5 (*cinco*) dias, de acordo com o previsto no artigo 147.º do CCP.

Artigo 15.

Relatório final

- 1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 1 do artigo anterior.
- 2. No caso previsto na parte final do número anterior, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 16.

Adjudicação

- 1. Caso todas as propostas tenham sido excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, ou seja, pelo facto do seu preço

contratual exceder o preço base e cujo preço não exceda em mais de 20 % o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação previsto no Artigo 13.º do presente Programa do Procedimento.

2. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes em simultâneo.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação o adjudicatário é notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no Artigo 17.º do presente Programa de Procedimento;
 - b) Prestar caução em conformidade com o disposto no n.º I do Artigo 18.º do Programa de Procedimento;
 - c) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato;
 - d) Confirmar no prazo para o efeito fixado, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
4. As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do relatório final de avaliação das propostas.

Artigo 17.

Documentos de habilitação

- I. No prazo de **10 (dez) dias** a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do ANEXO VI ao presente Programa de Procedimento;
 - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;

- e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c), d) e e) do n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros;
 3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
 4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
 5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
 6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
 7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º I, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

8. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º I do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
9. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar uma declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO VII** ao presente Programa do Procedimento.

Artigo 18.

Caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações o adjudicatário deve prestar uma caução no prazo de **10 (dez) dias** a contar da notificação da decisão de adjudicação, no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado.
2. A caução é prestada por garantia bancária, seguro-caução, ou por depósito em dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, em conformidade com os modelos do **ANEXO VIII** do presente Programa do Procedimento.
3. O depósito em dinheiro ou em títulos efetuar-se-á em Portugal e em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada pelo Dono da Obra, devendo ser especificado o fim a que se destina.
4. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes serão avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos 3 (três) meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação será feita em 90% (noventa por cento) dessa média.

Artigo 19.

Minuta do contrato

1. O órgão competente para a decisão de contratar aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar, a qual deve ser notificada ao adjudicatário para aprovação.
2. Não aplicável.
3. A minuta do contrato a celebrar, notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, deve assinalar expressamente os ajustamentos propostos.

4. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
5. Os ajustamentos que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
6. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
7. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 20.

Celebração do contrato

1. O contrato é celebrado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data da última assinatura.
2. A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato, com a antecedência mínima de 3 (três) dias.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

Artigo 21.

Encargos

São encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as relativas à prestação de caução, bem como todas as despesas decorrentes da celebração do contrato.

Artigo 22.

Dados pessoais

- I. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos

Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.

2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.ada@adp.pt ou da morada Rua do Repouso n.º 10, 8000-302 Faro.

Artigo 23.

Legislação aplicável

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa de Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável.

ANEXOS

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública

(a que se refere a alínea a) do n.º I do Artigo 7.º do Programa do Procedimento)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela Águas do Algarve, S.A., com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal BASE GOV, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As **PARTES IV e V** do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.
- O(s) DEUCP(s) deve(m) ser assinado(s) eletronicamente, pelo(s) operador(es) económico(s) ou por representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada. Recomenda-se, para efeitos do preenchimento do formulário, a prévia leitura da CIRCULAR INFORMATIVA N.º 01/IMPIC/2016, bem como, o documento de ajuda (FAQ) em anexo à mesma, em: http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Circular_informativa_I_IMPIC_2016.pdf.
- Salienta-se que, no caso de que a ferramenta de preenchimento do DEUCP disponibilizada pelo Portal Base Gov esteja temporariamente desativada, poderão ser utilizados outros serviços disponibilizados noutros países, no link <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>.

ANEXO II

Proposta de Preço

(a que se refere a alínea b) do n.º I do Artigo 7.º do Programa do Procedimento)

F _____ (*denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente*), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do Concurso para “Aquisição de serviços para a instrução e acompanhamento de processos de expropriação e de constituição de servidões – Grupo XI”, obriga(m)-se a executar os trabalhos que constituem esse Contrato, em conformidade com o Caderno de Encargos no prazo de ____ (____) dias e pelo preço global de _____ (*por extenso e por algarismos, em euros*).

Às quantias supramencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato ou até que a Águas do Algarve, S.A. notifique que procedeu à adjudicação a outro Concorrente.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao foro do tribunal português competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data _____

Assinatura(s) _____ ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO III

Modelo da discriminação dos preços parcelares

(a que se refere a alínea c) do n.º I do Artigo 7.º do Programa do Procedimento)

Conforme ficheiro em excel em anexo.

ANEXO IV

Modelo de acordo-promessa de constituição

(a que se refere a alínea g) do n.º I do Artigo 7.º do Programa do Procedimento)

F, _____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Programa de Procedimento para a Aquisição de Serviços para “.....” e nos termos da alínea k) do n.º I do Artigo 7º n.º do Programa do Procedimento, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em _____ (indicar a figura jurídica adotada) ^(a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

As empresas associadas declaram que a empresa (indicação da empresa do agrupamento) representará a associação perante a (designação da empresa que lançou o concurso) devendo toda a correspondência ser enviada para (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas associadas assumem perante a Entidade Adjudicante responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de aquisição de serviço caso seja este o Adjudicatário.^(b)

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela (designação da empresa que lançou o concurso) a qualquer alteração na composição da associação, sob pena de exclusão do Procedimento.

Data _____

Assinatura(s) _____ ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

^(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

^(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

ANEXO V

Metodologia de avaliação das propostas

(a que se refere o n.º 2 do Artigo 13.º do Programa do Procedimento)

1. METODOLOGIA GERAL

De acordo com o n.º 1 do Artigo 13.º deste Programa do Procedimento, e dando cumprimento ao disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o critério de adjudicação da presente aquisição de serviços é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, densificado nos fatores elementares de avaliação das propostas relativos aos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e respetivos coeficientes de ponderação.

A avaliação global de cada proposta resultará da agregação dos resultados da avaliação parcial dos referidos fatores elementares.

2. AVALIAÇÃO DO FATOR PREÇO

A escala de pontuação para a avaliação parcial do fator A. (*Preço*), que será entre 0 e 10, será atribuída pela aplicação da seguinte expressão matemática:

$$P_{vi} = 10 - 4,5254833996 \times 10^{-31} \times (vi)^{5,5}$$

em que:

P_{vi} é a pontuação a atribuir à Proposta i no fator *Preço*, com um máximo de 10 pontos;

vi é o valor da Proposta i.

Para a avaliação deste fator, serão analisados os documentos apresentados nas propostas dos Concorrentes constantes da alínea b) do n.º 1 do Artigo 7.º deste Programa do Procedimento.

3. AVALIAÇÃO DO FATOR “QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA”

A avaliação do fator qualitativo B. *Qualidade Técnica da Proposta* será efetuada mediante atribuição da pontuação indicada na Tabela I com os descritores de valorização dos atributos das propostas.

Para a avaliação deste fator será analisada a informação apresentada nas propostas dos Concorrentes em resposta ao solicitado na alínea d) do n.º 1 do Artigo 7.º do Programa do Procedimento.

Para efeitos de aplicação da matriz constante das tabelas I são considerados projetos com características similares à presente prestação de serviços a contratar e executar no âmbito deste procedimento, os projetos parcelares de constituição de servidão/ expropriações com as características seguintes:

- Instalação/substituição/renovação de Intercetor(es) / Adutora(s) que inclua(m) tubagem de diâmetro superior a 150 mm.
- Construção/substituição/renovação de Captações, Reservatórios, Estações Elevatórias ou Estações de Tratamento de Água / Água Residual.
- Construção de Barragens.

Tabela I – Matriz de Avaliação do fator “Memória Descritiva e Justificativa”

B.I Memória descritiva e Justificativa	Proposta em que se verifica, pelo menos, uma das seguintes condições:	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:
	i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, genérica e inadequada. ii. Não indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i> .	i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, pouco adequada e com algum detalhe. ii. Não indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i> .	i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, pouco adequada e com algum detalhe. ii. Indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i> .	i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, adequada e com algum detalhe. ii. Não indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i> .	i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, adequada e com algum detalhe. ii. Indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i> .	i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, adequada e bem detalhada. ii. Indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i> .
Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Empresa evidencia a elaboração de mais do que 2 projetos parcelares com características similares aos projetos indicados no capítulo 3 do Anexo V do presente procedimento	1	2	3	4	5	6
Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Empresa evidencia a elaboração de mais do que 4 projetos parcelares com características similares aos projetos indicados no capítulo 3 do Anexo V do presente procedimento.	2	3	4	5	6	7

<p>B.I Memória descritiva e Justificativa</p>	<p>Proposta em que se verifica, pelo menos, uma das seguintes condições:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, genérica e inadequada.</p> <p>ii. Não indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i>.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, pouco adequada e com algum detalhe.</p> <p>ii. Não indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i>.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, pouco adequada e com algum detalhe.</p> <p>ii. Indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i>.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, adequada e com algum detalhe.</p> <p>ii. Não indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i>.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, adequada e com algum detalhe.</p> <p>ii. Indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i>.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, adequada e bem detalhada.</p> <p>ii. Indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i>.</p>
<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Empresa evidencia a elaboração de mais do que 6 projetos parcelares com características similares aos projetos indicados no capítulo 3 do Anexo V do presente procedimento.</p>	<p>3</p>	<p>4</p>	<p>5</p>	<p>6</p>	<p>7</p>	<p>8</p>
<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Empresa evidencia a elaboração de mais do que 8 projetos parcelares com características similares aos projetos indicados no capítulo 3 do Anexo V do presente procedimento</p>	<p>4</p>	<p>5</p>	<p>6</p>	<p>7</p>	<p>8</p>	<p>9</p>

<p>B.I Memória descritiva e Justificativa</p>	<p>Proposta em que se verifica, pelo menos, uma das seguintes condições:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, genérica e inadequada.</p> <p>ii. Não indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i>.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, pouco adequada e com algum detalhe.</p> <p>ii. Não indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i>.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, pouco adequada e com algum detalhe.</p> <p>ii. Indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i>.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, adequada e com algum detalhe.</p> <p>ii. Não indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i>.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, adequada e com algum detalhe.</p> <p>ii. Indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i>.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica dos constrangimentos previstos no decurso da prestação, adequada e bem detalhada.</p> <p>ii. Indica a constituição da equipa técnica, incluindo as qualificações profissionais e <i>curriculum vitae</i>.</p>
<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Empresa evidencia a elaboração de mais do que 10 projetos parcelares com características similares aos projetos indicados no capítulo 3 do Anexo V do presente procedimento</p>	<p>5</p>	<p>6</p>	<p>7</p>	<p>8</p>	<p>9</p>	<p>10</p>

ANEXO VI

Modelo de Declaração do Adjudicatário

(a que se refere a alínea a) do n.º I do Artigo 17.º do Programa do Procedimento)

I - ... (*nome, número de documento de identificação e morada*), na qualidade de representante legal de (I) ... (*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*), adjudicatário(a) do **CONCURSO PÚBLICO [•]**, lançado [•], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante, junta em anexo [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO VII

Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores

(a que se refere a alínea 9 do n.º I do Artigo 17.º do Programa do Procedimento)

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), assume o compromisso de cumprir e fazer cumprir o Código de Conduta para Fornecedores (COD.3), declarando que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, não interferindo no exercício dos direitos, que lhe estão associados;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a Águas do Algarve venha a promover, no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial, junto da (empresa);
- k) “Não Prejudicar Significativamente”, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, rumo a uma neutralidade climática da economia e da sociedade até 2050;
- l) Promove as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no n.º j);
- m) Informa a Águas do Algarve de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito do Contrato, sempre que solicitado;

n) Informa os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de (ano)

Assinatura(s)

ANEXO VIII
Modelos de Guia de Depósito Bancário/de Garantia Bancária/de
Seguro-Caução

(a que se refere o n.º 2 do Artigo 18.º)

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [•], à ordem da [•], mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito

Euros [•] €

Vai [•] (firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário), com sede em [•] (morada), depositar na [•] (sede, filial, agência ou delegação) do Banco [•] a quantia de € [•] (por algarismos e por extenso) em dinheiro, como caução exigida nos termos do Artigo 18.º do Programa de Procedimento do concurso público respeitante à Aquisição de serviços para a instrução e acompanhamento de processos de expropriação e de constituição de servidões – Grupo XI” à ordem da [•].

Data e assinatura(s) do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s) na qualidade

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

À [•]

O [•] (*Banco*), com sede em [•] (*morada*), com o capital social de [•] (*capital social*), pessoa coletiva número [•] (*número de identificação de pessoa coletiva*), representado por [•] (*representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)*), vem prestar, por conta e a pedido de [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), como adjudicatário do concurso público respeitante à Aquisição de serviços para a instrução e acompanhamento de processos de expropriação e de constituição de servidões – Grupo XI”, garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da [•], até ao valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista no Artigo 18.º do Programa de Procedimento como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos.

Consequentemente, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de cinco dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia bancária são processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

A presente garantia bancária é de € [•] (*quantia por algarismos e por extenso*), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado.

Caso alguma das disposições da presente garantia bancária se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

Data e assinatura(s) do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s) na qualidade

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A [•] (*companhia de seguros*), com sede em [•] (*morada*) presta ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com [•] (*tomador de seguro*), garantia à primeira solicitação no valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista no Artigo 18.º do Programa de Procedimento do concurso público respeitante à **Aquisição de serviços para a instrução e acompanhamento de processos de expropriação e de constituição de servidões – Grupo XI**”, a favor da [•], destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede [•] (*morada*), assumirá no contrato a celebrar no âmbito do referido concurso, sendo regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação do beneficiário sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao beneficiário quaisquer exceções relativas ao contrato celebrado entre este e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

Data e assinatura(s) do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s) na qualidade